

Sumário

Número de notícias: 19 | Número de veículos: 10

G1 - NACIONAL - ECONOMIA
RECEITA FEDERAL DO BRASIL

Contas públicas: como analistas encararam a perspectiva de mudança da meta fiscal em 20253

O ESTADO DE S. PAULO - POLÍTICA
RECEITA FEDERAL DO BRASIL

Operação mira infiltração do crime organizado nas concessões de ônibus5

ESTADO DE MINAS - BELO HORIZONTE - MG - POLÍTICA
SEGURIDADE SOCIAL

Prefeituras esperam economizar R\$ 4,3 bilhões8

ESTADO DE MINAS - BELO HORIZONTE - MG - OPINIÃO
REFORMA TRIBUTÁRIA

Por um Brasil eficiente (Artigo)10

VALOR ECONÔMICO - SP - LEGISLAÇÃO E TRIBUTOS
REFORMA TRIBUTÁRIA

STJ afasta cobrança de multa e juros sobre ITCMD progressivo11

CORREIO BRAZILIENSE - ON LINE - NOTÍCIAS
REFORMA TRIBUTÁRIA

Crises políticas e violência na América Latina assustam investidores espanhóis13

FOLHA ONLINE - SP
REFORMA TRIBUTÁRIA

Alimentação saudável está em risco na reforma tributária, dizem entidades (Reforma tributária)15

O ESTADO DE S. PAULO - POLÍTICA
RECEITA FEDERAL DO BRASIL

Receita mapeia "holdings" do PCC que giraram R\$ 732 milhões com revenda de bens de luxo17

O ESTADO DE S. PAULO - ECONOMIA
TRIBUTOS - CONTRIBUIÇÕES E IMPOSTOS

"Fazer ajuste sem corte de gastos agrada ao PT, mas não funciona"19

CORREIO BRAZILIENSE - DF - ECONOMIA
SEGURIDADE SOCIAL

Receitas frustradas devem reduzir meta21

O ESTADO DE S. PAULO - NOTAS E INFORMAÇÕES
ECONOMIA

Caindo na real (Editorial)22

O ESTADO DE S. PAULO - METRÓPOLE
ECONOMIA

Governo reduziu em 58% gasto com campanhas contra dengue em 202323

O ESTADO DE S. PAULO - ECONOMIA
ECONOMIA

"Atraso" na redução de juro nos EUA impacta investimento e Selic no Brasil25

O ESTADO DE S. PAULO - ECONOMIA
ECONOMIA

Mercado antes previa até 6 cortes nos EUA; agora, fala em 2 ou 326

Quarta-Feira, 10 de Abril de 2024

O ESTADO DE S. PAULO - ECONOMIA
ECONOMIA

Para alcançar meta fiscal, ideia é melhorar o PIB..... 27

O ESTADO DE S. PAULO - ECONOMIA
ECONOMIA

Câmara autoriza governo a antecipar R\$ 15 bi em despesas..... 28

VALOR ECONÔMICO - SP - BRASIL
ECONOMIA

Inflação mais forte no ano que vem entra no radar de analistas..... 29

VALOR ECONÔMICO - SP - OPINIÃO
ECONOMIA

Desempenho dos emergentes afeta mais a economia global (Editorial)..... 31

VALOR ECONÔMICO - SP - FINANÇAS
ECONOMIA

Economistas divergem sobre inflação e ajuste na política monetária..... 33

Contas públicas: como analistas encararam a perspectiva de mudança da meta fiscal em 2025

Por Raphael Martins, Bruna Miato, g1

Especialistas ouvidos pelo g1 já esperavam uma revisão das metas fiscais do governo, até mais agressivas do que foram antecipadas nesta segunda-feira (8) pelo ministro da Fazenda, Fernando Haddad. Nem por isso acham que a mudança é positiva.

Haddad disse que o governo tenta fixar uma "meta factível" para as contas públicas em 2025. Até agora, o ministério havia indicado com uma projeção de superávit de 0,5% do **PIB** (Produto Interno Bruto) para o próximo ano.

Nós estamos esgotando o tempo para fazer as contas necessárias para fixar uma meta factível à luz do que aconteceu de um ano para cá, declarou em entrevista a jornalistas na porta do ministério.

A estimativa de superávit de 0,5% do **PIB** foi apresentada há cerca de um ano e consta na Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) 2024. Mas a meta que de fato vai vigorar em 2025 terá de ser incluída na LDO de 2025, que o governo envia ao Congresso até o próximo dia 15.

De acordo com o blog do Valdo Cruz, a equipe econômica estuda reduzir a meta fiscal de 2025 de 0,5% para 0,25% do **PIB** diante da dificuldade de gerar novas receitas sem aumentar a carga tributária no país.

A avaliação do governo é que as fontes de receita estão se esgotando, e algumas delas não são recorrentes. No ano passado, Haddad conseguiu aprovar boa parte de sua agenda de medidas arrecadatórias. São elas:

a tributação de investimentos no exterior (offshores) e de fundos exclusivos; a retomada de regra que favorece o governo em julgamentos no **Conselho Administrativo De Recursos Fiscais (Carf)**; a MP das subvenções do ICMS e; a taxação do mercado de apostas eletrônicas em jogos esportivos.

De fato, nos dois primeiros meses deste ano, a arrecadação federal somou R\$ 467,2 bilhões, o que

representa um crescimento real (acima da **inflação**) de 8,8% em relação ao mesmo período do ano passado. Os dados são da **Receita Federal**.

Já em 2024, contudo, a pasta amargou derrotas. A decisão do presidente do Senado, Rodrigo Pacheco (PSD-MG), de não prorrogar o trecho de uma medida provisória que reonerava a folha de pagamento de cerca de 3 mil municípios e poderia reforçar o caixa federal em cerca de R\$ 10 bilhões.

Além disso, o governo já tinha amargado a perda em relação ao Perse - programa para o setor de eventos - e na desoneração de setores da economia.

Como mostrou o g1 nesta segunda-feira (9), a equipe econômica precisaria elevar a arrecadação, por meio de medidas adicionais, em R\$ 296 bilhões em 2025 e 2026, para cumprir as metas fiscais existentes.

As dificuldades mantêm os analistas céticos com relação à meta fiscal. O economista Felipe Salto, economista-chefe da Warren Rena, mantém a projeção para 2024 de um déficit das contas públicas de -0,79% do **PIB**.

"Pode melhorar se a dinâmica das receitas continuar a surpreender. Os dados de março indicam que o desempenho da arrecadação total continua vindo bastante bom, como no primeiro bimestre", afirma.

Salto afirma ainda que é preciso saber a decisão do Tribunal de Contas da União (TCU) sobre o limite para contingenciamento de gastos em 2024.

A lei estabelece um limite de cerca de R\$ 26 bilhões para o contingenciamento em 2024. Contudo, o arcabouço fiscal aprovado em agosto de 2023 estabelece que o bloqueio pode ser de até 25% das despesas discricionárias. Esse valor superaria R\$ 50 bilhões.

Para Salto, o envio do Projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias (PLDO) é o momento de recalibrar as metas. E, se é impossível atingir os valores projetados em 2023, é o momento de mudar.

"O governo deveria alterar para zero [em 2025]. Já será um esforço e tanto, e no ano que vem não teremos essa montanha de receitas extras."

"O essencial é mostrar que há uma trajetória de [resultado] primário alinhada com o alcance da sustentabilidade da dívida em algum horizonte. No caso, o horizonte que a Lei do Novo Arcabouço Fiscal determina é de 10 anos", diz Salto.

Matheus Pizzani, economista da CM Capital, também concorda que a modificação das metas pode acabar sendo positiva para a política fiscal, assumindo que os novos objetivos propostos para este período sejam realistas.

"Uma nova meta ainda demanda perseverança e atuação contínua por parte da equipe econômica no sentido de buscar um orçamento mais equilibrado. E o mais importante é a estabilização da trajetória da dívida pública brasileira", diz.

Gustavo Cruz, estrategista da RB Investimentos, está do lado de quem interpreta que a alteração de meta fiscal é uma sinalização negativa, pois mostra que o arcabouço fiscal já foi descumprido em seus primeiros anos.

"Reflete uma falta de comprometimento com as metas estabelecidas pelo governo para votação. Isso demonstra que a questão fiscal não está sendo abordada de maneira ideal", afirma o analista.

Cruz aponta que, embora haja uma luta por parte da equipe econômica para manter a meta, não se observa um esforço significativo para discutir cortes de gastos e que o governo evita temas como uma reforma administrativa que atacaria altos salários do funcionalismo público.

"No cenário internacional, observamos problemas de endividamento até mesmo em países europeus e nos Estados Unidos. Mas o Brasil é criticado em comparação com seus pares emergentes, como o México. Isso coloca o país em uma posição desfavorável na hora de atrair investimentos."

Rogério Mori, economista da Davos Investimentos, reafirma que o mercado já antecipava uma revisão das metas porque o governo insistiu em perseguir as metas por meio da arrecadação, sem discutir redução de gastos.

Para ele, embora a revisão represente um passo em direção à realidade, ainda não atende totalmente às expectativas para os próximos anos. "Isso pode ter efeitos negativos no longo prazo, como possíveis impactos nos juros. Estamos diante de uma situação

ainda preocupante".

"Embora represente uma visão mais realista da situação fiscal, não podemos considerar essa abordagem como positiva", diz o analista.

Site:

<https://g1.globo.com/economia/noticia/2024/04/10/contas-publicas-como-analistas-encararam-a-perspectiva-de-mudanca-da-meta-fiscal-em-2025.ghtml>

Operação mira infiltração do crime organizado nas concessões de ônibus

MARCELO GODOY

Duas das maiores empresas de ônibus de São Paulo, suspeitas de terem sido criadas com dinheiro do Primeiro Comando da Capital (PCC), foram alvo ontem da Operação Fim da Linha, a maior já feita até agora contra a infiltração do crime organizado no poder público municipal no País. Trata-se do resultado de uma investigação de quatro anos feita pelo Grupo de Atuação Especial de Combate ao Crime Organizado (Gaeco), do Ministério Público de São Paulo, pela **Receita Federal** e pelo Conselho Administrativo de Defesa Econômica (Cade). Quatro pessoas foram presas. Há indícios de que empresas foram usadas pelo PCC para lavagem de dinheiro.

A movimentação investigada na Operação Fim da Linha chega a R\$ 732 milhões.

Em 19 fevereiro deste ano, o Estadão revelou documentos oriundos de investigações em vários Estados que apontavam na direção da operação de ontem: mostravam como integrantes do PCC e do Comando Vermelho (CV) estavam se infiltrando na política municipal para se beneficiar de contratos milionários com prefeituras. A partir dali, uma série de reportagens indicou como o crime organizado procura gestões municipais e Câmaras Municipais como intermediárias para controlar contratos do setor de transporte público.

OFENSIVA. Na ação de ontem, os promotores cumpriram 52 mandados de busca e apreensão no Estado, com o auxílio de 340 policiais de cinco batalhões da Tropa de Choque da Polícia Militar. A Justiça decretou a prisão de três acionistas das empresas e de um contador, e determinou medidas cautelares contra outros cinco investigados. Também foi decretado o bloqueio de R\$ 684 milhões em bens dos investigados para o ressarcimento das vítimas e em razão de danos coletivos provocados pela atuação das empresas.

Por decisão da Justiça, o prefeito de São Paulo, Ricardo Nunes (MDB), determinou intervenção nas empresas de ônibus Transwolff e UPBus, alvos da operação. Elas serão geridas por comitês da gestão municipal.

Nunes disse que o serviço não será paralisado. "Não

haverá nenhuma paralisação no transporte público de São Paulo. Os fornecedores vão receber, e os funcionários, também.

Nada muda para os passageiros.

O que muda é só a gestão das empresas", disse o prefeito de São Paulo (mais informações na página ao lado). As duas empresas, juntas, transportam, em média, 16,68 milhões de passageiros por mês em São Paulo.

O Estadão não conseguiu localizar as defesas das empresas Transwolff e UPBus, bem como a dos diretores que tiveram suas prisões decretadas ou foram alvo de medidas cautelares alternativas. Também não conseguiu encontrar as defesas dos que tiveram seus bens bloqueados. Em relação ao grupo Transwolff foram expedidos dez mandados de buscas contra empresas e dez outros nas casas de diretores das companhias, de contadores e advogados.

Um dos suspeitos foi preso em flagrante porque, durante as buscas, foram encontradas armas em seu imóvel.

Entre os diretores de empresas que tiveram a prisão decretada estão o presidente da Transwolff, Luiz Carlos Efigênio Pacheco, o Pandora. Ele foi detido em casa. Trata-se de um personagem conhecido da polícia e da política paulistana.

Atua no setor há quase três décadas, desde o aparecimento dos perueiros clandestinos na capital, em meados dos anos 1990. Ele teria como aliado na empresa Róbson Flares Lopes Pontes, que também teve a prisão decretada. O contador Joelson Santos da Silva também foi alvo de mandado de prisão e foi detido em casa.

Em outra frente, a Receita abriu 21 fiscalizações contra empresários e firmas investigados na Fim da Linha. De acordo com auditores do Fisco, os alvos das fiscalizações têm patrimônio total de R\$ 148 milhões e movimentaram, entre os anos de 2020 e 2022, R\$ 732 milhões. Os auditores da Receita apontaram que as empresas sob investigação distribuíam dividendos milionários a seus sócios, mesmo quando as companhias registravam prejuízos (mais informações na pág. A8).

CONTADOR. Um outro personagem chamou atenção dos investigadores.

O contador João Muniz Leite foi um dos alvos de busca e apreensão, ontem - ele é suspeito de ser um dos personagens centrais na montagem do esquema de lavagem de dinheiro do PCC por meio de uma das empresas de ônibus sob investigação.

Muniz já prestou serviços para Fábio Luis Lula da Silva, o Lulinha, filho do presidente Luiz Inácio Lula da Silva. O contador chegou a ser ouvido como testemunha durante a Operação Lava Jato, no processo do caso do triplex do Guarujá, pelo então juiz Sérgio Moro.

A defesa de Lulinha sustenta que o filho do presidente nunca foi atingido pelas apurações que miram Muniz (mais informações nesta página).

MOVIMENTAÇÕES. O objetivo da organização criminosa montada por meio das empresas do setor de transporte público seria a lavagem do dinheiro do tráfico de drogas e de grandes roubos, como o de 770 quilos de ouro, ocorrido em 2021, no Aeroporto de Guarulhos.

A análise das movimentações financeiras dos investigados feita pelo Conselho de Controle de Atividades Financeiras (Coaf) levantou ainda a suspeita de sonegações fiscais em compras e vendas de imóveis, daí a inclusão de fiscais da **Receita Federal** na operação.

Os promotores obtiveram o bloqueio de bens até o limite de R\$ 596 milhões para garantir o ressarcimento de prejuízos causados pela organização - valor equivalente ao faturamento da Transwolff em 2021.

O sequestro atingiu bens de 28 empresas e 16 pessoas, além de 43 imóveis, uma aeronave, três lanchas e duas motonáuticas, tudo registrado no nome dos investigados.

Elas fariam, de acordo com a operação, parte de um cartel montado pelo crime organizado para se apossar do chamado Grupo Local de Distribuição, do sistema municipal de transportes, onde estão as empresas que atuam nos bairros da capital. Por isso, fiscais do Cade (que investiga cartéis) participaram da operação.

Esse é o caso do lote 4, na zona leste da capital paulista, concedido à mais polêmica das empresas investigadas: a UPBus, controlada por integrantes da cúpula do PCC e seus parentes, segundo investigações.

O mesmo aconteceu com os lotes 10 e 11, controlados pela Transwolff, a terceira maior empresa do setor na cidade, com 1.111 veículos rodando pelas ruas.

De acordo com as investigações, a Transwolff só conseguiu participar da licitação feita pela Prefeitura em 2015 em razão do aporte de R\$ 54 milhões feito pela MJS participações Ltda., sob a forma de integralização do capital, dinheiro proveniente do tráfico de drogas.

Ao colocar o dinheiro na empresa, o PCC, segundo os promotores, além de consolidar sua posição no setor, ainda lavava os recursos do crime.

NA MIRA. Ao todo, sete companhias estão na mira das investigações da polícia e do Ministério Público, conforme revelou o Estadão em fevereiro. Juntas, elas são responsáveis pelo transporte de 27,5% dos passageiros de ônibus da capital e receberam R\$ 2 bilhões da Prefeitura só em 2023, sendo que três delas assinaram oito novos contratos e embolsaram R\$ 860 milhões em repasses do sistema depois da abertura dos mais recentes inquéritos sobre a ação do PCC no setor. Esse é praticamente o mesmo valor pago pela Prefeitura só para a maior das sete investigadas, a Transwolff, em 2023: R\$ 748 milhões.

AQUÁRIO. No caso da Transwolff, ela também foi escolhida pela Secretaria de Transportes para começar o programa do município que pretende substituir a frota de ônibus a diesel da cidade por veículos elétricos para cumprir a meta de redução de emissões de gases de efeito estufa.

Em outubro, o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) aprovou financiamento de R\$ 2,5 bilhões para o projeto de São Paulo. A empresa também é responsável por outro projeto da Prefeitura, o transporte hidroviário na represa Billings.

O início das operações chegou a ser anunciado, mas a Justiça proibiu, no fim do mês passado, que o prefeito Ricardo Nunes inaugurasse o ônibus aquático, após o Ministério Público do Estado apontar falta de estudos que garantam a segurança ambiental do projeto.

VÍTIMAS. Ao todo, os promotores do Gaeco reuniram 27 casos de vítimas do esquema que denunciaram à Justiça achaques, trapaças e ameaças, e sete ex-diretores expulsos das empresas nos últimos anos.

Segundo eles, seus companheiros impunham condições extremamente desfavoráveis aos antigos cooperados, que continuam na empresa, cobrando taxas extorsivas, apropriando-se dos repasses da Prefeitura aos donos de ônibus e pagando remunerações miseráveis a fim de forçá-los a entregar

sua participação na empresa aos diretores, isto é, ao PCC. Para tanto, a facção usaria parentes e laranjas como acionistas.

Laranjas

Investigação mostra que dinheiro passou por "laranjas" e familiares de integrantes do PCC

Danos Coletivos

R\$ 684 mi foram bloqueados em bens dos investigados para o ressarcimento de vítimas e em razão de danos causados pela atuação das empresas sob suspeita

Site: <https://digital.estadao.com.br/o-estado-de-s-paulo>

Prefeituras esperam economizar R\$ 4,3 bilhões

ALESSANDRA MELLO

Os municípios mineiros esperam ter um alívio no caixa da ordem de R\$ 4,3 bilhões com a possibilidade de aprovação da Proposta de Emenda à Constituição 66/2023, que vai ser emendada pelo senador Angelo Coronel (PSD) por solicitação da Confederação Nacional dos Municípios e apoio da Associação Mineira dos Municípios (AMM).

Esse valor representa a despesa a menos que os municípios mineiros terão com a desoneração do pagamento do **INSS** dos servidores com a redução escalonada da alíquota dos atuais 20% para 14% até 2027. Minas Gerais será o terceiro estado mais beneficiado com essa redução, segundo estudo da CNM, atrás apenas de São Paulo e Bahia. Neste ano, a economia para as 853 prefeituras mineiras deve ser de R\$ 1,4 bilhão, caindo para R\$ 1,2 bi no ano que vem, R\$ 996,5 milhões em 2026 e R\$ 747,3 milhões a partir de 2027, quando a alíquota chegar ao teto de 14%.

Pela proposta de emenda apresentada ontem, durante o encontro dos prefeitos em Brasília para discutir o assunto, os percentuais serão escalonados a partir deste ano. De acordo com o prefeito de Coronel Fabriciano e presidente da AMM, Marcos Vinícius da Silva Bizarro (sem partido), que esteve ontem em Brasília, a emenda, que conta com o aval do presidente do Senado, Rodrigo Pacheco (PSD-MG) para tramitar de maneira célere, propõe uma alíquota de 8% este ano, 10% em 2025, 12% em 2026 e 14% a partir de 2027.

"Fizemos do limão uma limonada", afirma o prefeito que diz estar esperançoso que a proposta vingue. Ontem mesmo, os prefeitos começaram uma peregrinação aos gabinetes dos parlamentares para obter apoio à proposta, que já conta com a adesão dos senadores mineiros, Carlos Viana (Pode) e Cleitinho (Republicanos).

Ela vai ser anexada à PEC 66/23 que tramita desde o ano passado no Senado e que propõe o parcelamento das dívidas dos municípios brasileiros com o **INSS**, hoje estimadas em R\$ 284 bilhões, segundo levantamento feito pela CNM a partir de informações repassadas pelas prefeituras.

A proposta prevê ainda um teto para o comprometimento da receita das prefeituras com o pagamento de precatórios. Também será incluída nessa pEc, uma proposta de extensão da última reforma da previdência, aprovada em 2019, aos municípios. Na época da tramitação das alterações, não houve consenso sobre a extensão das mudanças da previdência, que endureceram critérios para concessão de aposentadorias a **servidores públicos** federais e trabalhadores celetistas, e os estados e municípios ficaram de fora.

consenso

Para o presidente da AMM, essa PEC pacífica os atritos das prefeituras com o governo Lula em função da queda de braço com o governo federal sob a desoneração do **INSS**. O Congresso manteve a desoneração do **INSS**, vetado pelo governo federal, que ameaçava recorrer à Justiça sob alegação de inconstitucionalidade da proposta que reduz receita sem apontar fonte de renda. Lula chegou a enviar uma Medida Provisória reonerando o pagamento do **INSS**, mas ela foi revogada por Pacheco para manter a desoneração da folha de pagamento de municípios de médio e pequeno porte.

Marcos Vinícius Bizarro disse que é preciso que haja sensibilidade da parte do Congresso e do governo federal em relação à situação dos municípios, cada vez mais endividados e tendo de arcar financeiramente com a maioria das necessidades da população. O presidente da AMM afirma que a aprovação da PEC vai resolver o endividamento dos municípios que, somando precatórios e débitos com a previdência, beira hoje "meio trilhão de reais".

O presidente da CNM, Paulo Ziulkoski, também se reuniu ontem com o secretário-executivo do Ministério do Planejamento e Orçamento, Gustavo Guimarães, para tratar dessa emenda à PEC 66/23. Segundo ele, os municípios enfrentam muitos problemas decorrentes dos gastos com servidores, muitas vezes contratados para executar programas federais, em torno de 200 atualmente. Em função desse cenário, afirma Ziulkoski, os municípios concentram mais de sete milhões de servidores. "Isso leva grande parte dos municípios ao limite de gastos com pessoal. Passou a atribuição, mas não passou os recursos necessários. Hoje, 50% dos municípios estão no

vermelho", alertou.

R\$ 1,4 bi

VALOR QUE AS PREFEITURAS DEIXARÃO DE
PAGAR NO PRIMEIRO ANO COMA

DESONERAÇÃO

Site: <https://digital.em.com.br/estadodeminas>

Por um Brasil eficiente (Artigo)

CARLOS RODOLFO SCHNEIDER *Empresário*

A comemorar a aprovação no Congresso Nacional, ao apagar das luzes de 2023, de uma etapa da **reforma tributária**, aquela que trata dos **impostos** sobre o consumo. Foram décadas de discussões, de idas e vindas, para tentar alguma simplificação na caótica estrutura de **impostos** do país, certamente a mais confusa do planeta. Mas o resultado não foi nota dez. Conseguimos uma nota sete, deu para passar de ano. A quantidade de exceções à alíquota padrão acolhidas nas duas casas do Congresso, garantindo privilégios a grupos de pressão, permitem prever desdobramentos: comprometimento parcial da simplificação que se buscava; aumento da alíquota para os demais setores, não beneficiados com regimes especiais (considerando que por pressuposto o governo não quer perder arrecadação), provavelmente para a alíquota mais alta do mundo; e criação de inúmeras oportunidades para questionamentos judiciais de atividades buscando enquadramentos favoráveis.

A dificuldade de se fazerem reformas no país, ressaltados alguns importantes avanços nos últimos anos, vem de dois fatores principais: dificuldade da sociedade brasileira de fazer escolhas e a defesa do status quo, de interesses, de privilégios, por grupos, segmentos, regiões. Todos são a favor das reformas desde que não mexam com os seus "direitos", às vezes até transformados em "direitos adquiridos", garantidos constitucionalmente. Isso tem retardado as mudanças e levado a nos conformarmos com o politicamente possível, abrindo mão do necessário. Logicamente num regime democrático as mudanças devem ser negociadas, mas temos nos conformado com avanços modestos, que emperram o crescimento do país.

Por definição, a eficiência do gasto público é menor do que a do gasto privado, pelas necessárias amarras e controles que precisa haver no setor público, e pelas variáveis políticas frequentemente presentes na alocação dos recursos. Então, quanto maiores as transferências da sociedade para o Estado, via **impostos**, maior a ineficiência na alocação de recursos do país. Como o Brasil tem a maior carga tributária entre os países em desenvolvimento, potencializamos a ineficiência. Além do que, estudos têm demonstrado que nós temos a pior relação do planeta entre **impostos** cobrados e retorno à sociedade. Lembrando que **tributos** foram criados para que o governo preste serviços, mas são hoje dispendidos majoritariamente para manter a máquina

pública. Algo como 20% do **PIB**. E a discussão não é sobre escolha entre Estado grande ou pequeno, e sim entre Estado forte e ágil versus obeso e ineficiente. Sem desmerecer os muitos bons servidores, que na realidade não são reconhecidos, por receberem o mesmo tratamento dos de baixo desempenho, por falta de uma verdadeira meritocracia.

Como bem destacou a agência de rating S P Global Ratings Brasil na elevação da nota soberana do Brasil, reconhecendo alguns avanços como a **reforma tributária**: "o componente ausente tem sido a falta de progresso para lidar com os gastos grandes, rígidos e ineficientes do governo". E sabemos que o novo arcabouço fiscal não pretende cuidar do crescimento do gasto, pelo contrário, permite a expansão das despesas acima da **inflação**, o que exige, de outro lado, um crescimento contínuo da arrecadação. E o ministro da Fazenda, que deveria estar preocupado com a eficiência do gasto e a sustentabilidade do crescimento econômico, não tem feito outra coisa senão buscar mais **impostos** para cobrir o crescimento do gasto público. Tanto que o Ministério da Fazenda já vem sendo chamado de Ministério da Arrecadação. Com isso o aumento da carga tributária está sacramentado e o crescimento do Custo Brasil é certo, diante de uma sociedade que não reage, e de um setor financeiro que se preocupa com o equilíbrio das contas públicas, o que é importante, mas não se preocupa com o nível de extração de riquezas da sociedade para cobrir ineficiências públicas, o que é pelo menos igualmente importante.

O Estado precisa aprender a gastar com mais eficiência o enorme volume de recursos que já arrecada. Temos que entender que o avanço vem de gastar melhor e não de gastar mais. Como na educação, onde gastamos perto de 6% do **PIB**, mais do que países que são referência e têm as melhores colocações no teste PISA (Programa Internacional de Avaliação de Estudantes), em que estamos entre os últimos colocados. Gastar mais significa consumir hoje, gastar melhor significa pensar no amanhã. Os países só evoluem quando investem no futuro, quando conseguem transformar o seu potencial em **PIB** potencial.

Site: <https://digital.em.com.br/estadodeminas>

STJ afasta cobrança de multa e juros sobre ITCMD progressivo

Marcela Villar De São Paulo

O Superior Tribunal de Justiça (STJ) tem autorizado contribuintes a pagar diferença de ITCMD, gerada com a aplicação da tabela de alíquotas progressivas, sem multa. Ontem, além dessa penalidade, a 2ª Turma decidiu, por unanimidade, também afastar o pagamento de juros de mora, por conta, no caso, da falta de notificação prévia da Fazenda do Rio Grande do Sul.

A decisão, apesar de não ser em recurso repetitivo, pode abrir brecha para que contribuintes pleiteiem o mesmo direito. Ainda mais quando a progressividade da alíquota do imposto sobre heranças e doações deve ser adotada em todo o Brasil com a **reforma tributária**. Estados como São Paulo, Alagoas, Amapá, Amazonas, Espírito Santo, Mato Grosso do Sul, Minas Gerais, Paraná e Roraima, que têm alíquota fixa, passarão a adotar novas leis para aplicar a progressão - quanto maior o patrimônio, mais alta a alíquota.

A discussão analisada no STJ deriva de uma outra tese, que já havia sido perdida pelos contribuintes, sobre a validade da aplicação da tabela progressiva do ITCMD-chancelada pelo Supremo Tribunal Federal (STF) em 2013. O caso julgado pelos ministros (RE 562045) é do Rio Grande do Sul, que passou a adotar a prática em 1989, com base na Lei nº 8.821.

Em agosto de 2014, o Tribunal de Justiça do Rio Grande do Sul (TJRS), que tinha jurisprudência contrária, internalizou a decisão em repercussão geral e passou a entender pela validade da progressão. Mas surgiu o debate sobre a partir de quando deveria ser contado o prazo de prescrição para a cobrança da diferença entre a alíquota mínima e as demais, assim como multa e juros.

No caso julgado ontem pelo STJ, os contribuintes pagaram o imposto com alíquota de 1% em 2011, antes da decisão do STF de 2013. Em outubro de 2019, o Fisco gaúcho enviou a cobrança para o contribuinte, com o valor a ser pago com a aplicação da alíquota máxima, de 6%. Essa diferença, com multa e juros, fez os herdeiros pagarem R\$ 60 mil a mais de **impostos**. O caso envolve a transferência de patrimônio de um pai morto para três filhos.

No STJ, dois recursos foram analisados - um da Fazenda estadual e outro dos contribuintes. Enquanto o Estado do Rio Grande do Sul pedia a aplicação de juros, os herdeiros defendiam que a cobrança da diferença do tributo havia prescrito. Ambos reconheceram de decisão do TJRS que reconheceu a ausência de decadência e afastou multa e juros.

Na sustentação oral, a procuradora do Estado Fernanda Figueira Tonetto Braga argumentou que a não aplicação dos juros fere o artigo 161 do Código Tributário Nacional (CTN). "A incidência dos juros de mora não depende da má-fé do contribuinte, mas sim do mero inadimplemento", afirmou, na sessão de julgamento.

O relator do processo, o ministro Herman Benjamin, no entanto, entendeu que, como a Fazenda não discutiu essa questão nos autos no momento oportuno, não seria possível conhecer o recurso. Benjamin foi acompanhado pelos outros ministros da 2ª Turma - Mauro Campbell Marques, Teodoro Silva Santos, Francisco Falcão e Afrânio Vilela, presidente da turma.

"O acórdão se fundamentou em argumento autônomo insuficiente de que a mora apenas pode ser contada a partir do vencimento da dívida. E, no caso, sequer houve notificação do contribuinte estabelecendo prazo para pagamento do tributo, nem foi definido o quanto era devido. O que, porém, não foi objeto de impugnação no recurso especial. Por isso, não podemos chegar ao ponto principal. Temos jurisprudência, mas não houve impugnação desse fundamento", disse o relator (REsp 2007872).

Na prática, os ministros do STJ mantiveram o acórdão do TJRS. O tributarista Vinícius da Silva Zanuzzi, do escritório Pimentel Rohenkohl Advogados Associados, que atuou no caso defendendo os contribuintes, afirma que foi pago o imposto com a alíquota mínima, pois o tema era controvertido. E que partir da decisão do STF em 2013, com a internalização pelo TJRS em 2014, entraram com um mandado de segurança alegando que o direito do Estado de cobrar o débito se extinguiu.

Na visão de Zanuzzi, o prazo de cinco anos para a cobrança se inicia a partir do trânsito em julgado da decisão que homologou o inventário.

Subsidiariamente, a partir de 2013, quando o STF declarou constitucional a progressividade.

Para o tribunal estadual e o STJ, a contagem deve ser iniciada no primeiro dia útil do exercício fiscal seguinte à decisão que validou a progressão (no caso do TJRS, através do juízo de retratação), ou seja, em janeiro de 2015. "O prazo para o Fisco acabaria no fim de 2020, mas, na nossa visão, seria em 2019", afirma o advogado.

A jurisprudência do STJ em relação à decadência é desfavorável aos contribuintes, por isso, não há intenção de recorrer da decisão, diz Zanuzzi. "Desde que houve a uniformização da jurisprudência do STJ, avisamos aos clientes que não tinha mais discussão, mas eles aguardam o trânsito em julgado", acrescenta ele, citando o EAREsp 1621841. "Acho difícil ter espaço para uma discussão constitucional".

Para João Vitor Kanufre Xavier, sócio de Galvão Villani, Navarro, Zangiácomo e Bardella Advogados, apesar do caso ser específico, há uma brecha em favor dos contribuintes. "É uma porta de entrada para novas medidas, uma brecha interessante. Porque se a jurisprudência fosse aplicada em análise mais detida, pelo menos se manteria o juro".

Segundo ele, muitas receitas estaduais lançam o auto de infração mesmo pendente de critérios de constitucionalidade para prevenir a decadência. "Nesse caso, o Estado do Rio Grande do Sul preferiu esperar." O "erro", acrescenta, foi não ter oportunizado para os herdeiros o pagamento do imposto sem multa e juros nos 30 dias antes de lavrar o auto de infração. "É preciso que o contribuinte saiba o valor do tributo e como se aplica a alíquota progressiva. E que o Fisco desse a oportunidade de ele se regularizar." Já Carlos Eduardo Amorim, sócio do Martinelli Advogados, a controvérsia maior sobre a progressividade da alíquota já foi encerrada e a jurisprudência está consolidada em relação à decadência. "Hoje se discute apenas as cobranças que remanesceram. São casos particulares que não devem ter repercussão para outros contribuintes", diz.

Da decisão, ainda cabe recurso (embargos de declaração). A Procuradoria Geral do Rio Grande do Sul disse que não deve recorrer por ora porque foi mantida a cobrança do tributo. Afirmou ainda que possui ações sobre essa matéria do período entre 2020 e 2022, após a decisão do STF da constitucionalidade da alíquota progressiva. "O processo julgado, nesta terça-feira (09/04), é um dos poucos que ainda remanesciam."

Site: <https://valor.globo.com/virador/#/edition/187837>

Crises políticas e violência na América Latina assustam investidores espanhóis

Vicente Nunes - Correspondente

+

Madrid - As empresas espanholas que têm negócios na América Latina estão sobressaltadas com a insegurança política que tomou conta da região, fruto da forte polarização que ameaça a democracia. A esse temor, se soma o aumento da violência, em especial no Brasil, no México e no Equador, e a instabilidade cambial, que amplia os riscos das operações.

Esse quadro nada alentador faz parte do XVI Informe Panorama de Investimentos Espanhóis na América Latina, divulgado nesta quarta-feira (10/4). O levantamento mostra que 84% das companhias pesquisadas citam a desestabilização política como o principal problema a ser enfrentado neste ano. A questão cambial é citada por 49% e a insegurança nas cidades, por 45%.

Apesar de todas essas preocupações, 76% das empresas espanholas dizem que vão ampliar seus negócios na América Latina em 2024, seja por meio de um crescimento orgânico ou por intermédio de aquisições, 22% asseguram que vão manter os investimentos e apenas 2%, diminuí-los. Os cinco países que mais devem receber recursos são México, Colômbia, Chile, Peru e Brasil.

Para as companhias, o que mais atrai os investidores nessa região é o tamanho do mercado interno. Nesse quesito, o Brasil é o grande destaque. Ao mesmo tempo, há o temor de que a economia brasileira entre em uma rota de desaceleração econômica. No ano passado, o Produto Interno Bruto (**PIB**) do país cresceu 2,9%. Para este ano, as estimativas estão convergindo para algo entre 2% e 2,5%.

Na avaliação de Juan Carlos Martínez Lázaro, professor da IE University e responsável pelo informe, do ponto de vista econômico, o pior momento para a América Latina no pós-pandemia ficou para trás. Depois de um surto inflacionário que agravou as desigualdades sociais, a região vê o custo de vida caminhando para as metas perseguidas pelos bancos centrais, graças à alta das taxas de juros "Agora, com a **inflação** mais baixa e os juros caindo, o nível de atividade deve se fortalecer", diz.

Ele lembra que, em 2023, houve surpresas positivas que levaram a um **PIB** maior do que o esperado na

região. Inicialmente, o Fundo Monetário Internacional (FMI) projetou expansão de 1,6%, contudo, o resultado foi de 2,5%. "Para este ano, fala-se em crescimento de 2%, desempenho que pode melhorar ao longo do ano", frisa o professor.

Emaranhado de **impostos**

Outro dado mereceu destaque na pesquisa: as empresas espanholas ainda não conseguem ver os benefícios que a **reforma tributária** pode trazer para o Brasil. A complexidade dos **impostos** no país é citada como um entrave para a ampliação dos negócios no país. Numa escala que vai de um (mais amigável às empresas) a cinco (mais prejudicial às operações), o Brasil teve nota 4,83, superando de longe o segundo colocado, a Argentina, com 3,86. Uruguai (2,45) e Honduras (2,29) estão no outro extremo.

Segundo o levantamento, as pequenas e médias empresas espanholas dizem não ter o menor interesse no mercado brasileiro por causa da estrutura de **tributos**. É um entrave que essas firmas não querem enfrentar.

As companhias espanholas afirmam, ainda, que, atualmente, já faturam mais com seus negócios na América Latina do que na Espanha, onde têm suas sedes. Para 82% das empresas ouvidas pela pesquisa da IE University, o faturamento na região vai aumentar nos próximos três anos. Esse índice é maior do que o observado em 2023 (79%) e em 2022 (77%). Quando olham para a União Europeia, 66% afirmam que as receitas vão crescer. Já nos negócios localizados no restante da Europa, o caixa deve engordar para 40% das firmas ouvidas.

"Ou seja, os rendimentos oriundos da América Latina e no Caribe estão se tornando cada vez mais importantes para as empresas espanholas", ressalta o professor Lázaro.

A invasão de produtos chineses na América Latina e no Caribe não perturba as companhias espanholas. Segundo 70% das empresas, as mercadorias vindas da segunda economia do planeta não atrapalham seus negócios, pois não são concorrentes de peso. Muito dessa posição confortável, destaca a pesquisa, tem a ver com a disposição das firmas sediadas na Espanha em investir na inovação: 65% delas têm levado

tecnologia e conhecimento para as filiais latinas.

Já as localidades da região com mais sedes de empresas espanholas são a Cidade do México, Bogotá e São Paulo. Também entra nesse ranking a norte-americana Miami.

Dê a sua opinião! O Correio tem um espaço na edição impressa para publicar a opinião dos leitores pelo e-mail sredat.df@dabr.com.br

Site:

<http://www.correio braziliense.com.br/mundo/2024/04/683-5012-crisis-politicas-e-violencia-na-america-latina-assustam-investidores-espanhois.html>

Alimentação saudável está em risco na reforma tributária, dizem entidades (Reforma tributária)

Organizações da sociedade civil criticam a tentativa da indústria de alimentos de incluir ultraprocessados e bebidas alcoólicas na lista de produtos com isenção ou tributação reduzida.

Em nota, quatro entidades afirmam que os textos elaborados por representantes do setor, dentro das discussões sobre a regulamentação da **reforma tributária**, têm como objetivo atender a interesses comerciais e privados, em detrimento da saúde coletiva, da segurança alimentar e nutricional e da proteção ao meio ambiente.

O documento é assinado por ACT Promoção da Saúde, Idec (Instituto de Defesa de Consumidores), Instituto Desiderata e FIAN Brasil (Organização pelo Direito Humano à Alimentação e à Nutrição Adequadas) -veja aqui a íntegra.

Segundo as entidades, é fundamental que apenas alimentos saudáveis sejam contemplados com alíquota zero ou reduzida, enquanto produtos nocivos à saúde, como os ultraprocessados, tenham a incidência do Imposto Seletivo.

"É importante que a sociedade civil, a imprensa, bem como representantes do Executivo e do Legislativo estejam atentos e não permitam que o lobby da indústria de ultraprocessados se sobreponha aos direitos à saúde e à alimentação adequada e saudável, resguardados pelo ordenamento jurídico nacional", dizem as entidades.

Representantes do setor privado elaboraram dois projetos de lei, apresentados ao Congresso por parlamentares, para tratar dos produtos que vão entrar na cesta básica desonerada e na lista do Imposto Seletivo sobre itens prejudiciais à saúde e ao meio ambiente.

Uma terceira proposta, da associação dos supermercados, também trata desses temas.

Os textos surgiram após debates no Congresso dos chamados grupos paralelos de regulamentação da reforma, que buscam fazer um contraponto às propostas do governo, que devem ser apresentadas

na próxima semana.

Segundo as entidades, diversos setores empresariais têm utilizado esse espaço de discussão para criticar iniciativas como a internacionalmente consolidada e reconhecida classificação Nova, que categoriza os alimentos conforme o grau e o propósito de processamento, e o Guia Alimentar para a População Brasileira, do Ministério da Saúde, que recomenda evitar ultraprocessados -responsáveis por 57 mil mortes prematuras todos os anos no país.

Marcello Baird, cientista político e coordenador de advocacy na ACT Promoção da Saúde, afirma que os ultraprocessados são mais consumidos pela população de maior renda do que pelos pobres. Porém, o consumo desses produtos tem crescido mais entre a menor faixa de renda nos últimos anos, segundo dados do IBGE.

"Ter apenas alimentos saudáveis na cesta básica desonerada e na lista de produtos com tributação reduzida seria um grande passo para o Brasil garantir a segurança alimentar da população promovendo saúde", diz Baird.

A nota destaca a inclusão na lista de desonerações de produtos como herbicidas, fungicidas e inseticidas. Também há vinculação de ultraprocessados a alimentos saudáveis, como a classificação de sopas e caldos industrializados na categoria "frutas e verduras" e de cereais matinais e salgadinhos em "cereais, raízes, tubérculos e leguminosas".

As entidades afirmam que a **reforma tributária** é uma oportunidade histórica para promover justiça social, saúde e alimentação adequada e saudável para a população.

"A indústria de ultraprocessados e seus parceiros disseminam informações incorretas sobre o conceito de ultraprocessados, menosprezam a importância da regulamentação do consumo de tais produtos para a segurança alimentar e nutricional, e deturpam dados sobre a eficácia das políticas tributárias em outros países", diz a nota.

As entidades lembram que a concessão de benefícios de forma indiscriminada também significa maior carga sobre outros produtos, pois a arrecadação perdida com cada exceção será compensada por aumento da alíquota geral dos novos **tributos**.

assine ou faça login

Site: <https://www1.folha.uol.com.br/blogs/que-imposto-esse/2024/04/alimentacao-saudavel-esta-em-risco-na-reforma-tributaria-dizem-entidades.shtml>

Receita mapeia "holdings" do PCC que giraram R\$ 732 milhões com revenda de bens de luxo

PEPITA ORTEGA E FAUSTO MACEDO

A **Receita Federal** abriu ontem fiscalizações contra empresários e pessoas jurídicas investigados na Operação Fim da Linha, apuração sobre lavagem de dinheiro do Primeiro Comando da Capital (PCC) via empresas de ônibus que mantêm contratos com a Prefeitura de São Paulo. Segundo o Fisco, os alvos das fiscalizações têm patrimônio total de R\$ 148 milhões e movimentaram, entre 2020 e 2022, R\$ 732 milhões em suas contas. Os auditores que vasculham os ativos ocultos da quadrilha estimam que serão lavrados autos de infração de R\$ 200 milhões contra os investigados.

Ao longo do inquérito - cuja fase ostensiva foi aberta ontem, com a prisão de quatro investigados e buscas em 52 endereços -, a Receita identificou os métodos que teriam sido usados pela quadrilha para a lavagem de dinheiro do PCC: "integralizações de capital social de empresas com valores sem origem lícita, movimentações financeiras atípicas e distribuições de lucro desordenadas e sem lastro financeiro".

Os auditores apontam, por exemplo, que as empresas sob investigação na Operação Fim da Linha distribuíam dividendos milionários a seus sócios, mesmo quando as companhias registravam prejuízos.

Em um dos casos, a empresa teve um prejuízo de R\$ 5 milhões entre os anos de 2015 e 2022, e, ainda assim, no mesmo período, distribuiu R\$ 14,8 milhões em dividendos para um de seus sócios.

"A distribuição de dividendos, além de "esquentar" o dinheiro ilícito, possibilitava o não pagamento de **tributos** pelos beneficiários, uma vez que esse tipo de rendimento é isento de imposto de renda", afirmaram os auditores que integram a investigação.

IMÓVEIS. O Fisco identificou várias operações de compra e venda de imóveis de alto padrão e de outros bens de luxo em uma "complexa rede de holdings, empresas de participação e revendedoras de veículos de propriedade de terceiros relacionados aos contribuintes investigados". De acordo com a Receita, essa rede é integrada por "ocultadores profissionais de

bens".

Entre os bens revendidos por uma dessas empresas está o helicóptero, usado em 2018, para transportar os líderes do PCC Rogério Jeremias de Simone, o "Gegê do Manguê", e Fabiano Alves de Souza, o "Paca" - logo em seguida, os dois foram mortos a tiros por integrantes da mesma organização criminosa, em Fortaleza (CE). Também foi intermediada a venda do apartamento da mulher de um traficante internacional.

Ainda chamou atenção dos investigadores uma revendedora de veículos de luxo que fazia operações de compra e venda sem registrar o real proprietário dos carros.

LICITAÇÕES. O esquema ainda contava com a participação de "experientes contadores", responsáveis por viabilizar os "complexos métodos" de lavagem de dinheiro. Eles também estão entre os alvos da ofensiva aberta na manhã de ontem.

Ainda de acordo com o Fisco, uma das empresas realizou compensações tributárias fraudulentas de pelo menos R\$ 25 milhões em débitos de **impostos** federais. Após tal procedimento, a companhia podia emitir Certidões Negativas de Débitos, documento necessário para que ela participasse de licitações.

"O Cultadores Profissionais"

R\$ 200 mi é o valor dos autos de infração que serão lavrados contra os investigados, diz o Fisco R\$ 14,8 mi foram repassados em dividendos por empresa que registrou prejuízo de R\$ 5 milhões

Promotora apreende fuzis, submetralhadora, pistolas e revólver

Durante as diligências da Operação Fim da Linha, a Polícia Militar e o Ministério Público de São Paulo apreenderam dois fuzis, uma submetralhadora, duas pistolas e um revólver.

Houve diligências na capital e nas cidades de Barueri, Cotia, Mauá, Guarulhos, Itapeceira da Serra, Itaquaquecetuba, Guarujá, Itu, Santana de Parnaíba,

São Bernardo do Campo e São José dos Campos.

Site: <https://digital.estadao.com.br/o-estado-de-s-paulo>

"Fazer ajuste sem corte de gastos agrada ao PT, mas não funciona"

CÍCERO COTRIM

Gustavo Franco - Economista, passou por Ministério da Fazenda e Banco Central entre 1993 e 1999; é sócio da Rio Bravo Investimentos

Divergências entre o ministro da Fazenda, Fernando Haddad, e o núcleo petista mais duro do governo têm mantido a índole da política fiscal indefinida, o que aumenta a incerteza no cenário do Banco Central. E isso pode afetar o debate sobre a taxa neutra de juros (que não deprime nem estimula a atividade econômica) no segundo semestre, quando a autoridade monetária deve definir o patamar da Selic no fim do ciclo de cortes. A avaliação é de Gustavo Franco, ex-presidente do BC e sócio-fundador da Rio Bravo Investimentos.

"Não é garantido que o que vai prevalecer como política fiscal seja estritamente o que o ministro Haddad definiu no arcabouço.

Sabemos que a política fiscal é o resultado de influências que são contraditórias: uma para contrair, outra para expandir. O resultado disso só vamos ver no fim do exercício, e o Banco Central tem de trabalhar com essa dúvida", disse ele, que conversou com o Estadão/Broadcast na semana passada, durante o Fórum da Liberdade, em Porto Alegre (RS). A seguir, os principais trechos da entrevista: Analistas de mercado têm expressado dúvidas sobre se o Banco Central vai poder cortar a taxa Selic tanto quanto se esperava depois da mudança da comunicação do Copom. Qual é a sua avaliação?

Como regra, eu não gosto de comentar decisões do Copom.

A observação geral que eu teria a fazer é que o comitê está chegando a um momento em que, segundo o que está escrito, vai reduzir o ritmo de queda - não a partir da próxima reunião (em maio), mas da seguinte (junho).

E que o momento de parar de cair vai chegar. A pergunta é até que nível o Copom vai cortar os juros, uma pergunta que leva ao debate sobre qual é a taxa neutra. Esse debate está aberto e vai ocorrer provavelmente até o segundo semestre, de uma forma mais operacional.

E o problema é que vai ocorrer mais ou menos na mesma hora que estará em debate a sucessão de Roberto Campos Neto (presidente do BC), e um debate vai contaminar o outro.

Existe hoje uma preocupação sobre o nome que vai substituir Campos Neto?

Ainda não. Mas eu tenho a impressão de que, daqui a pouco, essa preocupação vai aparecer muito claramente.

A postura fiscal do governo, com um arcabouço que permite o crescimento real dos gastos, diminui o espaço para a Selic cair até o nível neutro? Ou estamos falando de um aumento do nível neutro?

O Banco Central deve ter e, de fato, tem um olhar sobre a política fiscal que considera os compromissos do ministro (da Fazenda, Fernando) Haddad, inclusive formalizados no arcabouço fiscal. Mas considera também o ponto de vista do partido do governo, o Partido dos Trabalhadores, e do próprio presidente (Lula), que é bastante mais flexível nesse assunto.

Portanto, não é garantido que o que vai prevalecer como política fiscal seja estritamente o que o ministro Haddad definiu no arcabouço. Sabemos que a política fiscal é o resultado de influências que são contraditórias: uma para contrair, outra para expandir.

O resultado disso só vamos ver no final do exercício, e o Banco Central tem de trabalhar com essa dúvida.

O ajuste feito pelo governo, apenas pelo lado da receita, tem dado resultado?

Eu acho que não. É cedo para dizer, até porque não teve nada muito contundente pelo lado da receita. E até pelo lado da receita a índole da política fiscal permanece muito indefinida, até pela diferença de opinião que existe sobre esse assunto dentro do governo. A ideia de fazer o ajuste pelo lado de aumento de **impostos** é boa no discurso, porque tem um sotaque progressista. Mas, na prática, é ruim. O mundo empresarial não gosta, já se paga muito imposto.

E a ideia de que não tem nada para fazer na redução

de despesas é errada. O governo abraçou essa ideia, e isso satisfaz um lado do governo, que é o lado petista, mas não funciona.

Parte do mercado tem mencionado a ideia de que as reformas dos últimos anos aumentaram o **PIB** potencial do Brasil. Esse é o diagnóstico correto?

Acho que sim, as reformas que vêm sendo feitas de forma incremental ao longo dos anos têm um impacto sobre a nossa capacidade de crescer. Não é nada muito avassalador, nada muito espetacular, mas existe.

Quisera tivéssemos feito reformas que fizessem o produto potencial crescer de verdade.

Nas últimas semanas, as preocupações com uma interferência do governo em empresas como Petrobras e Vale cresceram. Esse é um problema?

Claro que sim, é horrível. É claro que o governo é acionista dessas empresas, e tem políticas para seus representantes nessas empresas. Mas, para começar, não é o único interessado no bom funcionamento dessas empresas. Em muitos casos, é contraditória a ação do governo. E é contraditória a existência de uma empresa que precisa atender a um objetivo que tem a ver com o interesse público, mas também tem um objetivo que é ter o melhor resultado para o sócio minoritário, privado.

É o caso da Petrobras. Aí, fica uma permanente tensão política sobre se a Petrobras vai trabalhar para o seu acionista privado ou para o governo, se vai subsidiar a gasolina ou não, em benefício de quem e com que dinheiro. Esses problemas têm uma solução que começa com a letra "P", e chama-se privatização.

"Esses problemas (interferências políticas em empresas como Petrobras) têm uma solução que começa com a letra "P", e chama-se privatização"

Site: <https://digital.estadao.com.br/o-estado-de-s-paulo>

Receitas frustradas devem reduzir meta

A cinco dias do prazo constitucional para envio do Projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias (PLDO) de 2025 ao Congresso Nacional, a equipe econômica avalia um ajuste na meta fiscal para o próximo ano, com um resultado primário mais realista. Reconhecendo as dificuldades em avançar na agenda econômica diante do cenário político fragmentado das eleições municipais, o ministro da Fazenda, Fernando Haddad, lançou a possibilidade de redução da meta de superavit primário, projetada no arcabouço fiscal em 0,5% do Produto Interno Bruto (**PIB**), para algo em torno de 0,25%.

A expectativa é de que o governo enfrente dificuldades de arrecadação no próximo ano, com o fim de receitas extraordinárias que estão entrando no caixa este ano e não se repetirão em 2025, como a regularização de fundos exclusivos e de offshores (empresas de investimentos no exterior).

Além disso, o governo ainda enfrenta uma queda de braço com o Congresso, que quer manter a desoneração da folha de pagamento para 17 setores da economia, a redução da contribuição à **Previdência Social** por pequenas prefeituras e a ajuda a empresas do setor de eventos.

A ministra do Planejamento e Orçamento, Simone Tebet, também já sinalizou que haverá uma revisão de gastos no PLDO. Segundo ela, a revisão da meta fiscal de 2025 não é descartada, desde que haja um ajuste realista diante das circunstâncias.

"Desde o início da vigência do "regime fiscal sustentável" ficou claro que a meta fixada para 2024 e as indicadas para 2025 e 2026 são, no mínimo, desafiadoras.

Para boa parte do mercado, são metas impossíveis", destaca o economista Murilo Viana, consultor sênior da GO Associados.

O resultado primário em 2023 foi deficitário em R\$ 230,5 bilhões, ou 2,1% do **PIB**. Mesmo na ausência dos pagamentos extraordinários de precatórios (R\$ 92,4 bilhões), o deficit primário teria sido de R\$ 138,1 bilhões (1,27% do **PIB**), acima do objetivo declarado pelo Ministério da Fazenda de entregar um resultado primário negativo em até R\$ 100 bilhões no ano passado.

Caindo na real (Editorial)

Quando apresentou, no ano passado, o primeiro Projeto de Lei Orçamentária Anual sob a égide do novo arcabouço fiscal, que acabara de ser aprovado pelo Congresso, a equipe econômica anunciou metas ousadas para as contas públicas: empate entre receitas e despesas (déficit zero) em 2024 e superávits consecutivos, de 0,5% e de 1% do **PIB**, em 2025 e 2026. O equilíbrio fiscal previsto para este ano, que já nasceu desacreditado, permanece assim até hoje, embora continue nas estimativas oficiais. Já os saldos positivos de 2025 e 2026 estão prestes a serem revisados, como informou o próprio ministro Fernando Haddad.

Diante do desempenho fiscal, da forma como vem sendo executado o Orçamento federal e da índole gastadora do governo, surpresa seria se as metas futuras não fossem revistas. Para o resultado deste ano, o grosso das projeções de analistas financeiros aponta também para uma revisão mais à frente. No ano passado, o primeiro da terceira gestão Lula, registrou um rombo de R\$ 230,5 bilhões, ou 2,12% do **PIB**. É difícil apostar em equilíbrio depois de uma amostra como essa. Pior ainda é imaginar superávits de R\$ 61 bilhões em 2025 e de R\$ 132 bilhões em 2026, levando em conta o valor atual do **PIB**.

Em programação orçamentária não há mágica: o resultado positivo ocorre quando as receitas superam as despesas.

O problema é que todo o esforço para o fechamento das contas públicas tem se concentrado no aumento das receitas, agenda que, como admitiu recentemente a ministra do Planejamento, Simone Tebet, "está se esaurindo". Propostas para reduzir a vazão das torneiras dos gastos têm esbarrado na resistência ora do Congresso, ora do próprio Executivo, ávido por transferir das pranchetas para os palanques os imponentes projetos do Novo PAC.

Tebet, que junto com Haddad, Rui Costa (Casa Civil) e Esther Dwek (Orçamento) integra o grupo de ministros da Junta de Execução Orçamentária (JEA), até deu a deixa ao falar sobre a possibilidade de incluir no Projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias (PLDO) recomendações para redução de despesas. Mas não serão medidas detalhadas, apenas sinais de alerta para tentar colocar o corte de gastos entre as prioridades - obviamente não para este ano eleitoral. A própria calibragem das metas de 2025 e 2026 só está sendo feita agora devido ao fato de que o prazo para a entrega da PLDO ao Congresso termina no próximo

dia 15.

O arcabouço fiscal, que substituiu o teto de gastos, teve como um dos objetivos prioritários flexibilizar o aumento de gastos, antes vinculado ao comportamento da **inflação**. Vitórias animadoras de projetos da equipe econômica no Congresso permitiram um avanço arrecadatário no fim de 2023 e início de 2024, mas que são extras, não uma receita corrente.

É o caso, por exemplo, do início da tributação de fundos de investimentos exclusivos, que robusteceu o caixa do Tesouro.

Mas o governo ainda está devendo medidas de vulto do lado das despesas.

O presidente Lula já deu sucessivas provas de que fez sua escolha: entre a austeridade, que garantirá equilíbrio às contas públicas e reduzirá o custo dos investimentos, e a ganância, que supostamente lhe trará dividendos políticos e eleitorais ao custo de **inflação** e juros altos, o petista certamente ficará com esta última. Afinal, como disse a inesquecível Dilma Rousseff, criatura de Lula, "gasto é vida".

Por isso, é praticamente impossível imaginar que Lula ceda aos apelos de seus assessores técnicos, por mais fundamentados que sejam. Mais difícil ainda, contudo, é acreditar numa boa e independente gestão de gastos por um Executivo comprovadamente refém do Congresso.

Recentemente, o diretor do Instituto Brasileiro de Economia da Fundação Getúlio Vargas, Luiz Schimura, lembrou que, em 2014, 83% dos recursos discricionários distribuídos pela União a Estados, municípios e entidades privadas foram feitos diretamente pelo Executivo e 17% por emendas parlamentares. Em 2023, as emendas representaram 46%, refletindo o poder do Legislativo no Orçamento.

Como frisou o economista, a visão geral é de que a multiplicação das emendas pulveriza os recursos em ações paroquiais, em detrimento de uma estratégia nacional de investimento do Estado.

Tudo somado, fica muito difícil acreditar em metas fiscais e compromissos com a gestão responsável do dinheiro público.

Site: <https://digital.estadao.com.br/o-estado-de-s-paulo>

Governo reduziu em 58% gasto com campanhas contra dengue em 2023

FABIANA CAMBRICOLI

O governo Lula reduziu em 58,5% o valor gasto com campanhas de comunicação para prevenção e conscientização sobre a dengue no ano passado, mesmo com diversos alertas de que a epidemia de 2024 poderia alcançar um número recorde de casos e a prevenção deveria ser intensificada antes da chegada do verão. Em 2023, o Ministério da Saúde gastou R\$ 13,1 milhões com campanhas de combate a dengue e outras arboviroses.

Em 2022, último ano de Jair Bolsonaro, os mesmos gastos haviam somado R\$ 31,6 milhões, já em valores corrigidos pelo IPCA, índice oficial de **inflação** do País. Procurado, o Ministério da Saúde afirmou que ampliou em 33% os gastos com campanhas de comunicação contra a dengue em 2024 e que, além das campanhas publicitárias, realizou diversas ações de prevenção em 2023.

O valor gasto com campanhas publicitárias contra a dengue no ano passado foi menor também que os investimentos feitos em 2021, quando o governo federal aplicou R\$ 23,2 milhões nessas ações, e em 2020, quando foram gastos R\$ 28,5 milhões (todos os valores foram corrigidos pela **inflação**).

A redução desses gastos pelo governo federal foi revelada pelo site Poder360 e confirmada pelo Estadão, que também fez o levantamento e tabulação dos dados com base em informações do Sistema de Comunicação de Governo do Poder Executivo Federal (Sicom).

A análise mostra ainda que a Saúde gastou em 2023 mais com publicidade do programa Farmácia Popular (R\$ 15,9 milhões) do que com campanhas de prevenção da dengue. A campanha de carnaval contra Infecções Sexualmente Transmissíveis (ISTs) teve investimento semelhante (R\$ 12,9 milhões) ao valor gasto pela pasta no ano todo com campanhas contra a dengue.

Ainda de acordo com os dados do Sicom, o tema que recebeu maior investimento do Ministério da Saúde em verbas de comunicação em 2023 foi a campanha de multivacinação, ação priorizada pela gestão no ano passado para tentar reverter a queda das coberturas vacinais observadas no País nos últimos anos. Foram

R\$ 53,9 milhões aplicados nessa ação.

Em seguida, com mais recursos, aparecem as campanhas de vacinação contra a covid-19 (R\$ 33 milhões) e contra a gripe (R\$ 20 milhões).

ALERTA. Desde 2023, autoridades sanitárias, inclusive o próprio Ministério da Saúde, já alertavam sobre o cenário preocupante que se desenhava para 2024 em relação à dengue.

A Organização Pan-Americana de Saúde (Opas), braço da Organização Mundial da Saúde (OMS) nas Américas, emitiu um alerta epidemiológico em setembro sobre o aumento de casos de arboviroses na América Central e Caribe e recomendou aos países da América do Sul revisarem "planos de preparação e resposta" diante da ameaça de explosão de infecções com a chegada do calor. No mês seguinte, a OMS publicou documento alertando sobre os impactos do El Niño à saúde, incluindo o risco de aumento de casos de doenças como a dengue.

Ainda em outubro de 2023, os pesquisadores do Infodengue, iniciativa da Fiocruz, publicaram um relatório estimando a ocorrência de 2,2 milhões de casos da doença para 2024, o que já seria um recorde. Segundo as informações mais recentes do portal de arboviroses do ministério, o País já soma, em 2024, cerca de 3 milhões de casos.

Todos os alertas foram citados em uma nota informativa publicada pelo Ministério da Saúde em 14 de novembro. No documento, a pasta pontua ainda a reemergência do sorotipo 3 da dengue como fator de preocupação e diz que essa condição "torna o cenário epidemiológico ainda mais propício ao aumento da transmissão de dengue em 2024 e a possibilidade de uma epidemia de maiores proporções que as já documentadas na série histórica do País".

A IMPORTÂNCIA. Para especialistas, a redução dos gastos com campanhas de comunicação reduz a mobilização contra a doença antes do verão, facilitando a proliferação do mosquito transmissor *Aedes aegypti* e, conseqüentemente, o aumento do número de casos da doença. "Quando se reduzem os gastos com publicidade em relação ao tema dengue, conseqüentemente você vai ter efeitos negativos sobre o comportamento da epidemia, um deles é o

relaxamento por parte da população no controle do vetor. Diminui também o compromisso do gestor no controle da doença, então as prefeituras terminam relaxando porque esse tema parece que não é importante", diz o infectologista Kleber Luz, coordenador do comitê de arboviroses da Sociedade Brasileira de Infectologia.

Para os especialistas, com os vários alertas emitidos no ano passado, as campanhas deveriam ter sido realizadas de forma mais precoce. "A gente tinha uma previsão de ter uma grande epidemia principalmente associada ao aumento da temperatura que veio com o El Niño e o próprio ministério já previa esse aumento. O interessante é que o investimento em comunicação seja feito no período interepidêmico, que vai de junho até o início de dezembro", diz Julio Croda, infectologista da Fundação Oswaldo Cruz (Fiocruz) e professor da Universidade Federal do Mato Grosso do Sul.

Mesma opinião tem Wanderson Oliveira, doutor em epidemiologia, professor universitário e ex-secretário de Vigilância do ministério. "As campanhas de prevenção têm de ser feitas antes de os casos aumentarem, para as pessoas se atentarem e se responsabilizarem pelas ações. Isso deve ser feito com antecedência, antes da sazonalidade."

Visão dos especialistas

Gasto menor reduz a mobilização contra a doença e favorece proliferação do 'Aedes'

*

Em 4 meses, ministério alega investimento superior a R\$ 40 mi

Questionado, o Ministério da Saúde afirmou que "houve um reforço significativo nas campanhas de combate ao mosquito da dengue" em 2024, "com um investimento superior a R\$ 40 milhões nos primeiros quatro meses do ano, representando um aumento de 33% em relação ao total investido em 2022. A previsão, diz a pasta, é que o gasto com campanhas contra a dengue neste ano chegue a R\$ 58 milhões, com "veiculações programadas até janeiro de 2025".

A pasta não comentou especificamente os motivos da queda de gastos em 2023, mas disse que realizou outras ações de prevenção da doença no ano passado. "Ao longo do ano passado, foram realizados encontros com gestores municipais e estaduais para alertas sobre o possível aumento de casos, ocorreu a instalação da Sala Nacional de Situação, regularização dos estoques de insumos para o enfrentamento da doença, a primeira etapa da campanha nacional de

combate ao mosquito e o repasse de R\$ 256 milhões para reforço das ações de vigilância aos Estados e municípios", destacou o órgão, em nota.

A pasta diz que, já em 2024, ampliou os repasses em até R\$ 1,5 bilhão para apoiar Estados e municípios em situação de emergência e coordenou, em parceria com o Conselho Nacional de Secretários Municipais da Saúde, o treinamento e a formação dos profissionais de saúde e dos agentes de combate às endemias, além de ações de comunicação. "O Ministério da Saúde também instalou o Centro de Operações de Emergência contra a dengue (COE Dengue) para coordenar, em conjunto com Estados e municípios, as estratégias de vigilância."

Site: <https://digital.estadao.com.br/o-estado-de-s-paulo>

"Atraso" na redução de juro nos EUA impacta investimento e Selic no Brasil

LUIZ GUILHERME GERBELLI

A economia global pode ter um segundo semestre mais difícil do que o esperado. Cresceu a possibilidade de o corte de juros nos Estados Unidos começar apenas no segundo semestre, contrariando projeções do mercado financeiro.

Entre a maioria dos investidores, o cenário principal ainda é de uma redução das taxas de juros - atualmente, entre 5,25% e 5,5% ao ano - pelo Federal Reserve (Fed, o banco central dos Estados Unidos) na reunião de junho. A probabilidade, porém, perdeu força nas últimas semanas. Hoje, a chance de corte no encontro de daqui a dois meses é de cerca de 60%. Em março, era de 70%.

Confirmada a perspectiva do mercado até agora para o Fed, a reunião de junho pode ter o primeiro corte de 0,25 ponto percentual de um total de três quedas projetadas. Mas o que tem feito parte do mercado acreditar numa postergação do início das reduções tem relação com o fato de a economia dos Estados Unidos ainda mostrar força, com um crescimento econômico robusto e um mercado de trabalho aquecido, o que dificulta a missão do BC americano de levar a **inflação** para a meta de 2%.

"A **inflação** não está na meta.

Se o Fed cortar os juros muito cedo, e a **inflação** começar a divergir (da meta) em vez de convergir, o banco central dos EUA vai ter mais trabalho para depois fazer a **inflação** convergir de novo", afirma Luís Otávio Leal, economista chefe da G5 Partners.

IMPACTO. Uma eventual mudança na rota da política de juros nos Estados Unidos vai repercutir em todos os países.

Taxas americanas mais altas drenam recursos de economias emergentes e mais voláteis, como é o caso da brasileira, e representam um dólar robusto - neste ano, até ontem, o dólar acumulava alta de 3,2%, em R\$ 5,00.

"A probabilidade de o juro não começar a cair no meio do ano é muito significativa", afirma José Júlio Senna, ex-diretor do Banco Central e chefe do Centro de Estudos Monetários do Instituto Brasileiro de

Economia da Fundação Getulio Vargas (Ibre/FGV).

"À medida que as condições financeiras ficam mais apertadas nos Estados Unidos, é inevitável que o Banco Central no Brasil também tenha uma cautela ainda maior na condução desse ciclo de baixa." Segundo ele, os agentes econômicos e o meio político "podem se surpreender com a extensão desse ciclo de baixa".

"Tem uma chance boa de ser interrompido antes do que a pesquisa Focus, por exemplo, está indicando", diz Senna.

Divulgada semanalmente pelo Banco Central, a pesquisa Focus mostra que a projeção dos analistas consultados é de que a taxa básica de juros brasileira (Selic) encerre este ano em 9%, recuando para 8,5% em 2025. "Acho um juro no nível de 9%, talvez, muito pouco provável", diz Senna. A taxa atual do Brasil é de 10,75%.

Estável

5,25% e 5,5% é o intervalo da taxa básica de juros americana hoje

Site: <https://digital.estadao.com.br/o-estado-de-s-paulo>

Mercado antes previa até 6 cortes nos EUA; agora, fala em 2 ou 3

LUIZ GUILHERME GERBELLI

Uma eventual postergação da queda dos juros nos Estados Unidos para o segundo semestre marcaria mais um revés na expectativa do mercado financeiro.

Na virada do ano, houve um grande otimismo entre os investidores, já que havia uma previsão de que o Fed, o banco central americano, faria até seis cortes de 0,25 ponto percentual neste ano - hoje, porém, já há apostas de que serão duas ou três reduções.

Com as perspectivas mais otimistas, mercados emergentes, como é o caso do brasileiro, foram inundados de recursos.

Em novembro e dezembro do ano passado, por exemplo, a entrada de recursos foi de R\$ 21 bilhões e R\$ 17,5 bilhões, respectivamente. Neste ano, com o cenário já desenhado de um ciclo de juros mais contido, já houve um movimento contrário.

"Em novembro e dezembro, quando houve aquela febre, eu dizia e continuo dizendo que os juros (nos EUA) iriam cair duas ou três vezes a partir do segundo semestre", diz Alexandre Espírito Santo, economista-chefe da Way Investimentos.

"O cenário está se avizinando com o que eu falava." O Fed começou a subir as taxas de juros em março de 2022, que chegaram ao intervalo atual de 5,25% a 5,50% ao ano em julho do ano passado. "É preciso muito cuidado ao celebrar a reversão dos choques (inflacionários).

Os choques vêm e não desaparecem sem deixar vestígios. Eles deixam marcas", afirma José Júlio Senna, ex-diretor do Banco Central e chefe do Centro de Estudos Monetários do Instituto Brasileiro de Economia da Fundação Getúlio Vargas (Ibre/FGV).

Até a reunião de junho, portanto, o Banco Central dos EUA vai analisar cada número de atividade, mercado de trabalho e **inflação**.

O Comitê Federal de Mercado Aberto (Fomc, na sigla em inglês) também faz um encontro em 30 de abril e em 1.º de maio. "É cada dia com a sua agonia. Temos de ver os dados que vão saindo", afirma Luís Otávio Leal, economista-chefe da G5 Partners.

NÚMEROS. Relatório do Departamento do Trabalho dos Estados Unidos divulgado na sexta-feira trouxe mais um dado que reforçou o cenário de força do emprego no país, com a criação de 303 mil postos em março, em termos líquidos, acima do teto das expectativas de analistas, de 245 mil postos.

No entanto, o Fed deve reforçar a análise das próximas leituras do núcleo do índice de preços de gastos com consumo (PCE, na sigla em inglês), que exclui itens voláteis como alimentos e energia - a medida preferida de **inflação** da autoridade monetária. Os números de fevereiro (os últimos divulgados) mostram o núcleo do índice com uma alta anual de 2,78%. Serão divulgados mais três números do PCE até junho.

Site: <https://digital.estadao.com.br/o-estado-de-s-paulo>

Para alcançar meta fiscal, ideia é melhorar o PIB

ALVARO GRIBEL

A equipe econômica analisa alterar a meta de resultado primário não só de 2025, mas também a de 2026. Os números ainda são motivo de debates internos, mas a expectativa é por um desfecho ainda nesta semana. O novo compromisso fiscal vai levar em consideração não só as projeções de arrecadação e gastos, mas também as estimativas de crescimento do **PIB**.

O plano original, definido no ano passado, previa déficit zero neste ano, superávit de 0,5% em 2025 e de 1% em 2026, com uma banda de 0,25 ponto percentual para cima ou para baixo, em cada ano. Agora, para 2025, o governo poderá mirar o déficit zero.

Ainda que o número seja reduzido, há a visão na Fazenda de que os dados ainda seriam melhores do que os projetados pelo mercado financeiro. Segundo o boletim Focus do Banco Central, a projeção para 2025 está em -0,6% do **PIB**, e para 2026, em -0,5%. O resultado zero seria atingido apenas em 2028.

Há o entendimento de que o resultado primário não é um fim em si mesmo, mas um meio para se controlar a relação da dívida sobre o **PIB**. Por isso, serão intensificados esforços para que o País aumente a produtividade e possa crescer mais de forma "sustentável".

O olhar para o "denominador", ou seja, o **PIB**, tem um efeito duplo. Primeiro, pelo lado das projeções, significa crescer também as estimativas de receitas.

Para 2024, a Fazenda deve melhorar o número atual, de 2,2%, com impacto sobre a arrecadação.

Isso pode ajudar o governo a abrir um crédito extra de até R\$ 15,7 bilhões no Orçamento deste ano. Segundo, com o **PIB** mais forte a dívida ficaria menor.

A pasta entende que o primeiro "ciclo" do ajuste fiscal ficou para trás, com o pagamento de várias despesas não contabilizadas do governo anterior, como por exemplo, os precatórios.

Agora, com as expectativas para a dívida pública "ancoradas", na visão da equipe econômica, é possível

fazer um ajuste nos compromissos fiscais sem que isso provoque uma forte reação do mercado financeiro. Pelos dados do Focus, a dívida começaria a estabilizar em 2031, quando atingiria 86,5% do **PIB**, para ter uma leve redução para 85,2% em 2033.

Em um cenário mais otimista, a percepção é de que a mudança possa ser bem recebida pelos investidores, já que os números serão considerados mais condizentes com a realidade das contas públicas do País e as negociações do governo com o Congresso.

Procurado, o Ministério da Fazenda não quis se manifestar.

Projeções Pelo Focus, a dívida começaria a estabilizar em 2031, quando atingiria 86,5% do **PIB**

Site: <https://digital.estadao.com.br/o-estado-de-s-paulo>

Câmara autoriza governo a antecipar R\$ 15 bi em despesas

IANDER PORCELLA E GIORDANNA NEVES

A Câmara aprovou ontem uma alteração no arcabouço fiscal que permite ao governo antecipar cerca de R\$ 15 bilhões em despesas diante do crescimento além do esperado da arrecadação no primeiro bimestre do ano. Essa autorização para liberar os recursos só seria feita depois de maio. A ideia é aproveitar o bom desempenho das receitas, agora, porque a arrecadação no segundo bimestre é mais incerta.

A manobra foi realizada com a inclusão de um "jabuti" (matéria estranha ao texto principal) no projeto de lei que recria um seguro nos moldes do antigo DPVAT, para vítimas de acidentes de trânsito, que deixou de ser cobrado no governo Bolsonaro. Foram 304 votos a favor e 136 contra. O texto segue agora para análise do Senado.

Pelo dispositivo aprovado pelos deputados, o governo fica autorizado neste ano a abrir um crédito suplementar que amplia o limite de despesas da regra fiscal após o primeiro Relatório de Avaliação de Receitas e Despesas Primárias, que foi divulgado no fim de março.

O documento apontou um incremento na arrecadação com a mudança de taxa de fundos de investimentos exclusivos, uma das medidas do ministro da Fazenda, Fernando Haddad, aprovadas ano passado no Congresso.

A antecipação de despesas do governo pode ocorrer desde que observado o crescimento real da receita líquida ajustada, a meta de resultado primário e o limite de crescimento real (acima da **inflação**) da despesa de 2,5%, previsto no arcabouço fiscal.

No Orçamento, o Executivo previu um crescimento de 1,7% das despesas neste ano - a diferença para o teto é cerca de R\$ 15 bilhões. O "jabuti" foi incluído pelo relator substituto no plenário, deputado Rubens Pereira Jr. (PT-MA), um dos vice-líderes do governo na Câmara.

Com administração da Caixa Econômica Federal, o novo DPVAT se chamará Seguro Obrigatório para Proteção de Vítimas de Acidentes de Trânsito (SPVAT) (mais informações nesta página).

"É importante dizer que, do ponto de vista do regime fiscal, estamos apenas autorizando que o Poder Executivo envie um crédito suplementar levando em conta o excesso de arrecadação no primeiro bimestre de 2024", disse o líder do PT, Odair Cunha (MG). "A lei já tinha essa previsão na análise do relatório financeiro do segundo bimestre. Estamos estabelecendo que isso poderá ser feito no relatório do primeiro." "É importante antecipar essas receitas para bancar investimentos públicos, os programas sociais", defendeu também o líder do governo na Câmara, José Guimarães (PT-CE). A medida, contudo, foi criticada pela oposição. "Não é assim que se governa, não é com essa ferocidade fiscal", disse o deputado Bibo Nunes (PL-RS).

"Pai" da mudança "Jabuti" foi incluído pelo relator substituto no plenário, deputado Rubens Pereira Jr. (PT-MA)

Site: <https://digital.estadao.com.br/o-estado-de-s-paulo>

Inflação mais forte no ano que vem entra no radar de analistas

Anais Fernandes e Victor Rezende

Embora a expectativa mediana do mercado para a **inflação** em 2025 esteja rondando 3,5% há meses, alguns economistas esperam aceleração da **inflação** na passagem deste ano para o próximo, sobretudo por causa da dinâmica dos preços de serviços.

"O que mais me preocupa é o grau de aperto do mercado de trabalho", diz o economista-chefe da Apex Capital, Alexandre Bassoli, ao prever que a **inflação** encerrará 2024 em 4,2% e irá a 5% em 2025.

"As condições em que o ciclo de afrouxamento monetário teve início são peculiares, com um crescimento econômico que surpreendeu para cima de forma substancial e uma taxa de desemprego que tem caído de forma persistente e que está nos menores níveis desde 2015. O grau de ociosidade da economia parece ser baixo", afirma.

Segundo ele, já tem sido possível observar o grau de aperto do mercado de trabalho se traduzir em alta dos salários, o que produz pressões sobre a **inflação** de serviços, sobretudo aqueles mais intensivos em mão de obra.

"E, olhando à frente, não acho que esse grau de aperto vai diminuir, pelo contrário. A economia, aparentemente, está começando o ano mais forte do que se imaginava e acho que vamos observar por um tempo os efeitos do ajuste nos juros que está sendo implementado", diz Bassoli.

Étore Sanchez, economista-chefe da Ativa Investimentos, destaca a dispersão das projeções para a **inflação** de 2025. A mediana das estimativas no Focus está em 3,53%, mas a mínima é de 3%, e a máxima, de 5,1%. A Ativa espera um IPCA de 3,8% em 2024, acelerando para 4,2% em 2025.

A **inflação** para o próximo ano deve ser pressionada, segundo Sanchez, pelos serviços. "Vivemos um processo de alívio na política monetária mesmo diante da resiliência da **inflação** de serviços. Então, ela não deve ceder, até porque também não contamos com um enfraquecimento do mercado de trabalho", afirma.

Sanchez espera ainda uma compensação em preços administrados (determinados por contrato ou órgão

público), como de transporte urbano. "Houve represamento em 2024, ano de eleição municipal. Isso só acaba postergando um pouco a **inflação**. No ano que vem, tem devolução", diz.

Além disso, Sanchez também espera oscilação menos benigna nos preços dos alimentos para 2025. "Há um ciclo de curto prazo. Em um ano o produtor tem uma remuneração maior, o que incentiva o aumento da produtividade e da área plantada. No ano seguinte, cai, depois sobe. É natural ter volatilidade no ano contra ano", diz.

Assim, na avaliação de Sanchez, sobra apenas para os preços de bens industriais trazerem boas notícias à **inflação** em 2025. "A indústria tem ligação com o internacional, cuja perspectiva é de alívio inflacionário. A indústria tem refletido, em grande parte, essa importação de desinflação, algo que eu espero que continue no ano que vem, mas que não vai ter força para que a gente assista a uma desaceleração da **inflação** em 2025 como um todo", diz Sanchez.

Gustavo Arruda, chefe de pesquisa para América Latina do BNP Paribas, tem dúvidas até sobre essa contribuição benigna de bens industriais. "A gente compra a ideia de que ainda tem uma desinflação de bens industriais vindo da desaceleração global, da China, de algum efeito defasado após o choque da pandemia. Isso ajudou no ano passado, ainda contribui neste ano, mas parece que, para 2025, essa conta fica para trás", afirma.

Além da pressão dos serviços no IPCA de 2025, Arruda menciona a perspectiva de que a política fiscal vai continuar expansionista, alimentando a demanda, enquanto a política monetária deve caminhar para um território neutro. "Não imagino que estará expansionista, mas também não vai estar contracionista, ou então estará pouco contracionista."

O BNP Paribas projeta **inflação** de 3,5% em 2024 e 4% em 2025. Se o Banco Central não levar os juros a 9%, como o banco projeta, ou um pouco abaixo disso ao fim do ciclo de cortes, mas parar antes, a estimativa do banco para o IPCA em 2025 terá de ser revista para baixo, reconhece Arruda.

Sanchez, da Ativa, diz que o que eles projetam que será a postura do BC "destoa um pouco" do que eles

acham que deveria ser a condução dos juros hoje. A Ativa espera estabilidade da Selic em 10% até, pelo menos, março de 2025, a partir de quando o BC já olha para 2026. " Ele busca uma convergência da **inflação**, mas sem obter grande êxito nesse processo", diz.

As projeções de **inflação** para 2025 são importantes não só porque o ano já domina o "horizonte relevante" que guia a atuação do Copom, mas também porque a visão de que há pouco espaço para redução das expectativas de **inflação** à frente impacta a indexação da economia e a própria dinâmica de preços, conforme aponta o Itaú Unibanco em um relatório.

O banco calcula que um choque de 0,50 ponto percentual nas projeções de **inflação** por um trimestre resulta em aumento de 0,36 ponto percentual na **inflação** nos seis trimestres seguintes.

"Dada a dinâmica e o balanço de riscos do cenário atual, que, entre outros fatores, envolve um cenário externo mais desafiador e uma atividade econômica e mercado de trabalho doméstico resilientes, vemos pouco espaço para redução das expectativas de **inflação** à frente", escrevem as economistas Julia Gottlieb, Natalia Cotarelli e Julia Passabom no relatório.

Um risco, para alguns desses economistas mais cautelosos com a **inflação** de 2025, é o BC ter de voltar a subir juros no ano que vem, o que, por sua vez, também enfrenta incertezas diante da perspectiva de mudança na composição do órgão. Até o fim de 2024, o governo federal deverá ter indicado o novo presidente e dois outros diretores do BC.

"Vemos como cenário mais provável uma elevação da Selic no segundo semestre de 2025 por causa desse quadro inflacionário. OBC provavelmente será levado a aumentar os juros em um quadro de estreita ociosidade na economia e pressões sobre a **inflação** de serviços", afirma Bassoli, da Apex, ao projetar o juro básico em 9,25% no fim deste ano e em 10,5% em dezembro de 2025.

As dúvidas a respeito da nova composição do Copom afetam as expectativas de **inflação** para 2025. Mas Arruda, do BNP Paribas, diz não "comprar a tese" de que, com a mudança, o Comitê será necessariamente "dovish" (mais leniente com a **inflação**) a ponto de isso ser um impeditivo para um cenário de retorno das altas de juros, caso necessário. "Cada BC é um BC. Eu tenho a impressão de que, sim, ele pode vir a ser mais "dovish" do que no passado, mas isso não implica, necessariamente, que estamos indo para extremos", afirma.

"Não imagino fiscal expansionista, mas também não

muito contracionista" Gustavo Arruda

Site:

<https://valor.globo.com/virador/#/edition/187837?page=1§ion=1>

Desempenho dos emergentes afeta mais a economia global (Editorial)

Os investidores estão acostumados a avaliar suas apostas em um sentido tradicional, o de que adversidades nos países desenvolvidos podem provocar grandes estragos no resto do mundo, mas raramente em causalidade oposta. Ainda que a roda dos mercados financeiros continue girando do mesmo jeito, o mundo mudou. Com o avanço da China e o crescimento acelerado dos países emergentes, que hoje compõem 30% do **PIB** mundial, choques de oferta, produção ou produtividade nesses países têm efeitos bastante relevantes nas economias de Estados Unidos, Europa ou Japão, segundo avaliação do Fundo Monetário Internacional (FMI) divulgada ontem. O Fundo analisa o efeito combinado do desempenho das economias de 10 países emergentes que fazem parte do G20.

"O poder de disseminação de choques no crescimento nesses países avançou nas últimas décadas e hoje são eles comparáveis ao dos países desenvolvidos", escrevem os economistas do Fundo. No estudo, que faz parte da principal publicação que norteia as reuniões semestrais dos países do FMI, o "Perspectivas da Economia Mundial", estima-se que choques no crescimento dos emergentes do G20 explicam ao menos 10% da variação de outros mercados emergentes após três anos e 5% da dos países avançados. "Aprofunda integração dos emergentes do G20 significa que eles não mais estão simplesmente na ponta receptora dos choques globais".

A entrada da China na Organização Mundial do Comércio (OMC), em 2001, e o processo de globalização acelerada tiveram como resultado dobrar a fatia do comércio mundial dos emergentes e dos investimentos externos diretos que se destinam a eles. A integração propiciada pelo ingresso dos emergentes nas cadeias globais de produção alterou o balanço econômico da produção e do comércio mundiais. Com isso, a performance das economias de Argentina,

Brasil, China, Índia, Indonésia, México, Rússia, Arábia Saudita, África do Sul e Turquia, que integram o G20, passou a ter uma influência global no fluxo de mercadorias e capital. Um exemplo: a desaceleração ocorrida nesses países desde a grande crise financeira de 2008 contribuiu com mais da metade da redução de 1,9 ponto percentual do crescimento global de médio prazo. Só a China foi responsável por 40%

desse resultado.

Os efeitos do crescimento dos emergentes do G20 se propagam em todas as direções, com um resultado conjunto que hoje pode ser considerado similar ao que têm os países desenvolvidos, conclui o FMI. Obviamente, a China tem o maior poder de influência, e avanços ou retrocessos em seu **PIB** explicam cerca de 10% da variação dos PIBs de outros países emergentes e parcela expressiva do **PIB** global.

As consequências dessa integração são múltiplas. Uma queda da produtividade dos 10 países do G20, por exemplo, pode ter um impacto hoje três vezes maior na produção dos demais países do que tinha em 2000. Mais importante, a volatilidade do crescimento dessas economias diminuiu, assim como os efeitos de choques externos sobre elas. Na mão inversa, flutuações em variáveis domésticas dos emergentes, como preços agrícolas, de minerais e commodities, também se tornaram mais relevantes globalmente. O estudo conclui que apenas um desses países, a China, é capaz de influenciar todas as variáveis globais.

Os fluxos financeiros acompanharam esse desenvolvimento. Os investimentos externos diretos para esses emergentes aumentaram de 6% para 10% do total mundial entre 2005 e a pandemia. A partir de 2018, nota o FMI, o fluxo mudou, tornando-se menor para os países avançados e maior para os mercados emergentes, reversão causada em grande parte pela "Nova Rota da Seda", o maior avanço dos investimentos chineses fora do país desde sempre. Empréstimos do G5 (França, Alemanha, Reino Unido, Japão e Estados Unidos) para os emergentes do G20 quase dobraram desde 2000, chegando ao equivalente a 2,5% do **PIB** dessas economias, mas declinaram a partir de 2014, com a China puxando o aumento.

Em comparação, apontam os economistas do FMI, o fluxo de mercadorias chegou a 8,1% do **PIB** do G5 em 2022. Os empréstimos bancários dos emergentes do G20 aos países avançados, compreensivelmente, avançaram com menos intensidade, embora, entre si, tenham subido a 20% do total de suas transações internacionais, pelo maior ativismo dos bancos chineses. A exposição dos bancos emergentes do G20 aos países avançados subiu de 2,9% para 5,1% do total

emprestado entre 2001 e 2021, equivalente a 4,6% do **PIB** do G5 nesse último ano.

O cisma entre Estados Unidos e China pode alterar bastante este cenário. "Uma fragmentação econômica mais profunda, redesenhando comércio e fluxos de investimento, poderá reduzir a diversificação entre países e aumentar a volatilidade macroeconômica", segundo o FMI. Da mesma forma, a criação de relações de comércio e financeiras mais fortes no interior dos blocos antagônicos pode ampliar o contágio de alguns emergentes do G20, como China e Rússia, aumentando os preços das commodities, por exemplo.

Site:

**[https://valor.globo.com/virador/#/edition/187837?page=1
§ion=1](https://valor.globo.com/virador/#/edition/187837?page=1§ion=1)**

Economistas divergem sobre inflação e ajuste na política monetária

Gabriel Roca e Gabriel Shinohara De São Paulo e Brasília

As incertezas seguem bastante elevadas no momento, tanto do ponto de vista internacional quanto doméstico, e têm se traduzido em um ambiente de grande divergência na elaboração de cenários para a economia brasileira. O fato pôde ser constatado no evento de premiação do Banco Central (BC) aos agentes de mercado que mais acertaram suas projeções em 2023, que mostrou uma forte divisão entre participantes mais otimistas e pessimistas quanto à trajetória da **inflação** e das taxas de juros no Brasil.

A ala mais preocupada dos economistas presentes no evento apontou que o adiamento na perspectiva de cortes de juros nos EUA, bem como a possibilidade de aumento na taxa neutra (aquela que não acelera e nem desacelera a atividade econômica), pode recomendar maior cautela por parte do BC no afrouxamento monetário.

Para o economista-chefe da Parcitas Investimentos, Vitor Martello, a situação da economia dos EUA pode impedir uma Selic mais baixa no Brasil. "Quando a gente pega o que está na expectativa dos agentes, de Selic a 9%, contrasta com o que está na curva americana, embutindo um prêmio de risco-país e as diferenças nas metas de **inflação**, a gente não vê espaço para cortes até 9%. Vemos 9,5%, com viés altista, justamente por causa desse ambiente de revisão de juro neutro americano para cima e **inflação** corrente de serviços mais próxima do teto do que do centro da meta. Vemos necessidade de cautela por parte do BC", afirmou.

Já para o diretor de pesquisa econômica da Pezco, Helcio Take-da, o Brasil vem testando novos níveis mais baixos de **inflação**, com a adoção recente de um objetivo de 3% na meta. "Dadas as incertezas, parece que cautela é recomendável. Nossa expectativa é que o BC tem espaço para continuar reduzindo a taxa de juros, mas não muito em relação aos níveis atuais. Talvez seja prudente fazer uma interrupção no ciclo e, se for o caso, retomá-lo mais tarde." Por outro lado, a continuidade do processo de desinflação no Brasil, especialmente no que diz respeito ao arrefecimento da **inflação** global de bens industriais, pode garantir que o IPCA de 2024 fique mais próximo da meta de 3% e

permitir uma taxa Selic abaixo dos 9%.

Para o economista-chefe do UBS BB, Alexandre de Ázara, o processo de ajuste de nos preços de "tradables" não acabou e, no Brasil, eles só devem retomar o patamar pré-pandemia em setembro. A alta nos preços de alimentos deve começar a ser revertida. "Quando chegar em junho, a gente vai estar com a **inflação** projetada na meta para 2024. Neste caso, a **inflação** de 2025 [no Focus] não vai estar em 3,5% e vai cair. Eu acho que a queda de preços relativos é fundamental e não acabou. Entendo que tem muita gente acha que a parte fácil da desinflação já acabou, mas eu acho que não." Com a visão de uma **inflação** menor, o UBS BB vê uma Selic terminal em 8,5%, inferior à observada no Focus, de 9%.

Já o superintendente executivo de macroeconomia do Banco Safra, Eduardo Yuki, aponta que o custo de produção para as empresas americanas vêm exibindo melhora e a China deve seguir exportando deflação de bens para o mundo. Além disso, os preços das commodities nos mercados futuros estão negativamente inclinados; o real deve se manter bem comportado; e os preços de **inflação** no atacado brasileiro voltaram a cair.

"Faltaria então examinar a **inflação** pela ótica do mercado de trabalho. Os salários estão subindo, mas é preciso analisar o quanto eles sobem em relação à produtividade. O custo do trabalho não está exatamente baixo, mas está próximo ao observado entre 2017 e 2019. O custo unitário do trabalho não está apertado." Os comentários foram feitos em debate na sede do BC em São Paulo, no painel sobre os rumos da política monetária no Brasil, mediado pelo diretor de política econômica da autoridade monetária, Diogo Guillen. Já em debate sobre o ambiente externo, mediado pelo diretor de assuntos internacionais, Paulo Picchetti, as preocupações sobre a resiliência da atividade econômica dos EUA predominaram.

"Se a gente voltar seis meses, a discussão seria sobre o 'soft landing' e uma recessão. Hoje o debate gira em torno do 'no landing'. Isso traz um desafio grande para o Fed. Temos um cenário de três cortes [nos juros] a partir de julho, mas estamos trabalhando no cenário alternativo de dois cortes, começando em setembro. Nesse contexto, não só o Brasil mas outros bancos

centrais ao redor do globo teriam que lidar com essa questão", avaliou Ricardo Bastos, chefe de inteligência de mercado da Previ.

Já o economista-chefe da Citrino Gestão de Recursos, Raí Chicoli, acredita que um "soft landing" nos EUA demandaria uma desaceleração mais forte do mercado de trabalho. "A última milha da **inflação** vai ter que passar por um mercado de trabalho se ajustando. Se não acontecer, o risco de 'no landing' aumenta e, talvez, o Fed teria que fazer o 'higher for longer'. Talvez até subir os juros. Esse não é o nosso caso, mas aumentou de probabilidade." O estrategista-chefe da Warren Investimentos, Sérgio Goldenstein, destacou o comportamento volátil da curva de juros dos EUA nos últimos meses, que se assemelhou à dinâmica de emergentes. "Houve exagero com as apostas de cortes e fechamos dezembro com precificação de mais de seis cortes. Isso trouxe um rali nos emergentes e nossa taxa de câmbio fechou a R\$ 4,85 por dólar. Os dados de atividade nos EUA continuam resilientes e diversos dirigentes fizeram discursos apontando necessidade de cautela, levando a uma reversão, mas parece que a precificação hoje é muito mais razoável e a maior parte do ajuste já ocorreu." Goldenstein afirma que o mercado de câmbio se comportou bem neste intervalo, mas alguns fatores locais, como os sinais de interferência do governo na Vale e Petrobras, bem como a queda de popularidade do governo em pesquisas de opinião, acenderam sinal amarelo no mercado. "Isso explica também porque o real sofreu mais que os pares."

Site: <https://valor.globo.com/virador/#/edition/187837>